



UNILAVRAS CONCURSOS

Concurso Público da
Prefeitura Municipal de Cláudio - MG
Edital nº 01/2019

**CADERNO DE
PROVAS**

PROCURADOR MUNICIPAL

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1. Aguarde a autorização do fiscal de sala para iniciar a prova.
2. Este Caderno de Provas contém 35 (trinta e cinco) questões objetivas de múltipla escolha, 3 (três) questões discursivas e 1 (uma) proposta de elaboração de peça jurídica.
3. Para cada questão objetiva, dentre 4 (quatro) alternativas de resposta, há apenas 1 (uma) adequada ao enunciado.
4. Após a autorização para o início da prova, confira este Caderno de Provas e o cargo ao qual você concorre especificado no canto superior direito deste. Caso verifique incorreção, inconsistência ou defeito, solicite ao fiscal de sala a substituição. Não caberão reclamações posteriores nesse sentido.
5. Leia as instruções específicas contidas no Cartão de Respostas e na Folha de Respostas das Questões Discursivas e da Peça Jurídica e utilize SOMENTE caneta esferográfica de tinta azul ou preta fabricada em material transparente tanto para assinalar as respostas quanto para preencher a Folha de Respostas.
6. A duração máxima da prova será de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos, já incluído o tempo para preenchimento do Cartão de Respostas e da Folha de Respostas das Questões Discursivas e da Peça Jurídica.
7. Você SOMENTE poderá se retirar definitivamente da sala de prova após transcorrido o tempo de 90 (noventa) minutos do início desta.
8. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal de sala este Caderno de Provas, além do Cartão de Respostas e da Folha de Respostas das Questões Discursivas e da Peça Jurídica DEVIDAMENTE PREENCHIDOS E ASSINADOS.
9. Você poderá levar a folha de rascunho das questões objetivas, que se encontra ao final deste Caderno de Provas. Utilize-a EXCLUSIVAMENTE para a marcação de suas respostas. Qualquer anotação que ultrapasse essa finalidade implicará a retenção dessa folha pelo fiscal de sala.
10. O rascunho das respostas das questões discursivas e o rascunho da peça jurídica deverão permanecer neste Caderno de Provas e não poderão, portanto, ser levadas pelo candidato.
11. Você não poderá ingressar ou permanecer na sala de provas caso esteja portando um dos seguintes objetos fora da embalagem fornecida pelo Unilavras Concursos: boné, óculos escuros, bolsas, material de consulta, protetor auricular, lápis, lapiseira, régua, marca-texto, borracha, corretivo, recipiente ou embalagem que não sejam fabricados com material transparente, e, ainda, equipamentos como bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, pager, palmtop, ipod, ipad, tablet, smartphone, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo ou quaisquer outros equipamentos eletrônicos.
12. Durante as provas, não se levante sem permissão, não se ausente da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal, nem se comunique com outros candidatos ou terceiros.
13. Deverão permanecer na sala os três últimos candidatos até que o último termine a prova. Todos deverão sair de uma só vez após atestarem o acondicionamento dos Cartões de Respostas e das Folhas de Respostas das Questões Discursivas e da Peça Jurídica em envelope próprio e lacrado e assinarem o Termo de Encerramento.

Língua Portuguesa

Leia o texto I para responder às próximas 10 questões.

Texto I

O vírus da linguagem

Sérgio Rodrigues

O escritor argentino Jorge Luis Borges, que não era muito simpático à etimologia, apontou a inutilidade de saber que a palavra cálculo veio do latim “calculus”, pedrinha, em referência aos pedregulhos que se usavam antigamente para fazer contas.

Tal conhecimento, argumentou o genial autor de “A Biblioteca de Babel”, não nos permite “dominar os arcanos da álgebra”. Verdade: ninguém aprende a calcular estudando etimologia.

O que Borges não disse é que o estudo da história das palavras abre janelas para como a linguagem funciona, como produz seus sentidos, que de outro modo permaneceriam trancadas. É pouco?

Exemplo: a história de “calculus” não ensina ninguém a fazer contas, mas a do vírus ilustra muito bem o mecanismo infeccioso que opera dentro dos — e entre os — idiomas.

O latim clássico “virus”, empregado por Cícero e Virgílio, é a origem óbvia da palavra sob a qual se abriga a apavorante covid-19. Ao mesmo tempo, é uma pista falsa.

Cícero e Virgílio não faziam ideia da existência de um troço chamado vírus. Este só seria descoberto no século 19, quando o avanço das ciências e da tecnologia já tinha tornado moda recorrer a elementos gregos e latinos para cunhar novas expressões para novos fatos.

No caso, nem foi preciso cunhar, bastou buscar no latim uma palavra pronta, sonora. Seus sentidos originais, todos vizinhos da sujeira, ajudavam: sumo, sêmen, veneno, poção, beberagem, linguagem vil.

Contudo, a não ser pelo código genético rastreável em palavras como visgo, viscoso e virulento, fazia séculos que o “virus” latino hibernava. Foi como metáfora venenosa que, já às portas do século 20, saiu do frigorífico clássico para voltar ao quentinho das línguas.

Em 1898, o microbiologista holandês Martinus Beijerinck decidiu batizar assim certo grupo de agentes infecciosos invisíveis aos microscópios de então, com o qual o francês Louis Pasteur tinha esbarrado primeiro ao estudar a raiva.

O vírus nasceu na linguagem científica, mas era altamente contagioso. Acabou se tornando epidêmico no vocabulário comum de diversas línguas.

Quando a gripe espanhola varreu o mundo, em 1918, a humanidade já sabia nomear a coisa. “A linguagem é um vírus”, cantou Laurie Anderson.

É claro que saber de tudo isso não nos protege da epidemia que bate às portas do país quando ele está mais frágil, menos funcional, menos inteligente. Borges tem razão em parte.

Ainda não foi descoberto, no entanto, um tema em que a ignorância seja preferível ao conhecimento. Já se disse que nomear bem um problema é o primeiro passo para resolvê-lo.

O vírus da palavra penetrou no vocabulário da computação em 1972, como nome de programas maliciosos que se infiltram num sistema para, reproduzindo-se, colonizá-lo e infectar outros.

No século 21, com o mundo integrado em rede, deu até num verbo novo, viralizar. Foi a primeira vez que um membro da família ganhou sentido positivo, invejável: fazer sucesso na internet, ser replicado em larga escala nas redes sociais.

Mesmo essa acepção, como vimos, tinha seu lado escuro, parente de um uso metafórico bastante popular que a palavra carrega há décadas. No século passado, tornou-se possível falar em “vírus do fascismo”, por exemplo. Ou “vírus da burrice”.

Antigamente, quando se ignorava tudo sobre os vírus, uma receita comum que as pessoas usavam para se proteger do risco de contrair as doenças provocadas por eles era rezar. Está valendo.

Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/sergio-rodrigues/2020/03/o-virus-da-linguagem.shtml>>.

Acesso em 12 mar. 2020

QUESTÃO 1) Em relação à intenção comunicativa do texto, é correto afirmar que o autor se vale de um problema presente no contexto atual para

- A) apresentar uma análise de natureza puramente biológica.
- B) descrever as características dos vírus hoje existentes em nossa sociedade.
- C) defender um ponto de vista associado a um conhecimento linguístico.
- D) ensinar o leitor a utilizar o conhecimento linguístico para se prevenir de doenças.

QUESTÃO 2) Observe o trecho extraído do 2º parágrafo do texto.

“Tal conhecimento, argumentou o genial autor de ‘A Biblioteca de Babel’, não nos permite ‘dominar os arcanos da álgebra’.”

A expressão grifada relaciona-se ao conhecimento

- A) etimológico.
- B) científico.
- C) linguístico.
- D) algébrico.

QUESTÃO 3) A partir da leitura do texto, é correto considerar que Sérgio Rodrigues

- A) demonstra, inicialmente, sua discordância em relação ao pensamento de Borges para posteriormente reabilitá-lo e novamente refutá-lo.
- B) aponta, ao longo do texto, um conjunto de acepções exclusivamente negativas acerca do termo ‘vírus’.
- C) indica um conjunto de referências históricas com o claro intuito de divertir e ludibriar o leitor.
- D) sugere que a religiosidade é a única forma de resolver doenças associadas a vírus.

QUESTÃO 4) Para a construção de seu texto, afirma-se que o autor empregou os seguintes recursos:

- I. argumento de autoridade;
- II. contra-argumentação;
- III. senso comum;
- IV. indagação de cunho retórico;
- V. emprego de dados.

Consideram-se corretos apenas os itens

- A) II, III e IV.
- B) I, II, III e IV.
- C) I, III, IV e V.
- D) I, II, III, IV e V.

QUESTÃO 5) No excerto “[...] a história de “calculus” não ensina ninguém a fazer contas, mas a do vírus ilustra muito bem o mecanismo infeccioso que opera dentro dos —e entre os— idiomas.”, é adequado considerar que o autor empregou o seguinte recurso expressivo:

- A) perífrase.
- B) catacrese.
- C) eufemismo.
- D) metáfora.

QUESTÃO 6) Dentre as alternativas que se seguem, assinale aquela em que a explicação para o emprego da(s) vírgula(s) não é adequada.

A) “O escritor argentino Jorge Luis Borges, que não era muito simpático à etimologia, apontou a inutilidade de saber que a palavra cálculo veio do latim ‘calculus’ [...]”. (1º §) – destacar oração subordinada adjetiva explicativa.

B) “Ao mesmo tempo, é uma pista falsa.” (5º §) – separar adjunto adverbial deslocado.

C) “O vírus nasceu na linguagem científica, mas era altamente contagioso.” (10º §) – separar oração coordenada assindética de oração principal.

D) “Ainda não foi descoberto, no entanto, um tema em que a ignorância seja preferível ao conhecimento.” (13º §) – separar conjunção coordenativa adversativa deslocada.

QUESTÃO 7) Assinale o item em que o excerto foi reescrito sem alterar o sentido original no texto.

A) Original - “O escritor argentino Jorge Luis Borges, que não era muito simpático à etimologia, apontou [...]”. (1º §)

Reescrita - O escritor argentino Jorge Luis Borges, pouco afeito à etimologia, apontou [...].

B) Original - “[...] a história de “calculus” não ensina ninguém a fazer contas, mas a do vírus ilustra muito bem o mecanismo infeccioso que opera dentro dos —e entre os— idiomas.” (4º §)

Reescrita - [...] a história de “calculus” não ensina ninguém a fazer contas; a do vírus, contudo, ilustra muito bem o mecanismo infeccioso que opera dentro dos —e entre os— idiomas.

C) Original - “Contudo, a não ser pelo código genético rastreável em palavras como visgo, viscoso e virulento, fazia séculos que o “virus” latino hibernava.” (8º §)

Reescrita - Contudo, apesar do código genético rastreável em palavras como visgo, viscoso e virulento, fazia séculos que o “virus” latino hibernava.

D) Original - “Antigamente, quando se ignorava tudo sobre os vírus, uma receita comum que as pessoas usavam [...]” (17º §)

Reescrita - Antigamente, como se ignorava tudo sobre os vírus, uma receita comum que as pessoas usavam [...]

QUESTÃO 8) Assinale a alternativa em que o elemento entre parênteses não se refere, no texto, ao pronome destacado.

- A) “O latim clássico “virus”, empregado por Cícero e Virgílio, é a origem óbvia da palavra sob a qual se abriga a apavorante covid-19.” (a origem óbvia)
- B) “Cícero e Virgílio não faziam ideia da existência de um troço chamado vírus. Este só seria descoberto no século 19 [...]” (Virgílio)
- C) “Em 1898, o microbiologista holandês Martinus Beijerinck decidiu batizar assim certo grupo de agentes infecciosos invisíveis aos microscópios de então, com o qual o francês Louis Pasteur tinha esbarrado primeiro ao estudar a raiva.” (certo grupo de agentes infecciosos invisíveis aos microscópios de então)
- D) “Já se disse que nomear bem um problema é o primeiro passo para resolvê-lo.” (um problema)

QUESTÃO 9) Analise o conectivo destacado no excerto abaixo.

“Quando a gripe espanhola varreu o mundo, em 1918, a humanidade já sabia nomear a coisa.”

É correto afirmar que, no contexto apresentado, o conectivo expressa

- A) tempo.
B) causa.
C) conformidade.
D) condição.

QUESTÃO 10) Assinale a alternativa em que, no trecho utilizado, o agente da ação verbal destacada não se encontra expresso nem pode ser recuperado pelo contexto.

- A) “Cícero e Virgílio não faziam ideia da existência de um troço chamado vírus.”
- B) “Foi a primeira vez que um membro da família ganhou sentido positivo, invejável [...]”.
- C) “Quando a gripe espanhola varreu o mundo [...]”.
- D) “Já se disse que nomear bem um problema é o primeiro passo para resolvê-lo.”

Leia o texto II para responder às próximas 5 questões.

Texto II

Um ano depois, o massacre em Suzano deixou alguma lição?

Laura Mattos

Tenta-se buscar, um ano depois, o que o massacre na escola Raul Brasil, em Suzano, trouxe de lição ao país. Uma resposta concreta está na reforma realizada no prédio onde, no dia 13 de março de 2019, dois ex-alunos entraram com revólver, arco e flechas e machado, assassinaram seis estudantes, duas funcionárias e se suicidaram.

No próximo mês, o colégio estadual da Grande São Paulo será entregue, completamente reformulado, aos estudantes. Durante as obras, iniciadas em outubro, as aulas aconteceram em uma faculdade privada, alugada pelo governo do Estado.

O objetivo do projeto foi fazer da Raul Brasil uma escola pública modelo, em um momento em que se discute a reformulação da educação básica, concentrando esforços no desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como empatia, criatividade, autonomia, capacidade de se comunicar e de solucionar problemas.

O objetivo é tornar as escolas mais interessantes e acolhedoras, na tentativa de sanar a baixa qualidade de ensino e a evasão escolar que teimam em se perpetuar no país.

A partir desse viés, foram construídas, por exemplo, uma biblioteca maior do que a que existia antes da tragédia, novas quadras esportivas, uma praça de convivência arborizada e uma sala “maker” para se colocar em prática conceitos teóricos.

São estruturas que podem facilitar essa busca por uma renovação pedagógica e a reformulação dos currículos que foi determinada pela nova BNCC (Base Nacional Comum Curricular), um documento elaborado entre 2015 e 2018 em conjunto pelo Ministério da Educação, por governos estaduais e municipais e pela sociedade civil.

A reforma também se concentrou na segurança. Foram instaladas câmeras e construídas duas entradas, uma para alunos e funcionários, e outra, que só dá acesso à parte administrativa, para familiares e demais pessoas fora da comunidade escolar.

Nesta segunda (9), ao apresentar à imprensa as novas instalações, o secretário de educação de São Paulo, Rossieli Soares, afirmou que esse padrão deverá ser replicado em outras escolas. Falou também do Gabinete Integrado de Segurança e Proteção Escolar, criado depois do massacre pelas secretarias de Educação e Segurança Pública, que prevê instalação e monitoramento de câmeras, ronda de policiais no entorno dos colégios e treinamento de funcionários da educação, entre outras medidas.

Essa é uma polêmica sem fim. Há uma corrente que defende um outro olhar para combater a violência, em sentido oposto, como a abertura dos portões, uma convivência maior entre alunos, professores, famílias e vizinhança, as ruas como salas de aula a céu aberto.

A proximidade inibiria a violência; a distância, a estimularia. É uma discussão pertinente, mas não dá para esperar que a Raul Brasil encare seu trauma por aí, pelo menos não por ora. Na entrevista do secretário, mais do que falar a respeito de pedagogia, boa

parte das perguntas dos jornalistas, em tom de cobrança, era sobre medidas de segurança. E no sentido de erguer muros, não de derrubá-los.

É achismo dizer se uma escola aberta ou blindada inibiria um ataque como o de Suzano, assim como não se pode garantir que quadras e debates sobre bullying dariam conta de evitar um crime dessa complexidade. Mas o acolhimento escolar, e disso é difícil duvidar, pode significar melhores oportunidades para crianças e jovens.

A forma como a reforma foi realizada é talvez a maior lição da tragédia. Dos R\$ 3,1 milhões gastos, 90% vieram de empresas. Doações para escolas até existem, mas são raras. E a obra na Raul Brasil, pela dimensão e pelo financiamento, é pioneira.

Um chamamento público foi feito pelo governo, com base em um novo regulamento de doações da Procuradoria Geral do Estado, segundo afirmou à coluna Romero Raposo, diretor de projetos especiais da Fundação para o Desenvolvimento da Educação, braço da secretaria.

Para ele, é um modelo que pode ganhar corpo nos próximos anos. Que as empresas, então, não precisem de tragédias para se mobilizar pela educação.

Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/laura-mattos/2020/03/um-ano-depois-o-massacre-em-suzano-deixou-alguma-de-licao.shtml>>.

Acesso em 13 mar. 2020

QUESTÃO 11) Considerando a intenção sociocomunicativa, tipo textual predominante e outras características concernentes, é correto afirmar que o texto II é

- A) um editorial.
- B) um artigo de opinião.
- C) uma notícia.
- D) uma reportagem.

QUESTÃO 12) Assinale a alternativa em que o trecho destacado não se configura como a expressão de um ponto de vista da autora.

- A) “Essa é uma polêmica sem fim.” (9º §)
- B) “É achismo dizer se uma escola aberta ou blindada inibiria um ataque como o de Suzano, assim como não se pode garantir que quadras e debates sobre bullying dariam conta de evitar um crime dessa complexidade.”. (11º §)
- C) “[...] o acolhimento escolar, e disso é difícil duvidar, pode significar melhores oportunidades para crianças e jovens.”. (11º §)

D) “Que as empresas, então, não precisem de tragédias para se mobilizar pela educação.”. (14º §)

QUESTÃO 13) Em relação ao nível de linguagem, é correto afirmar que o texto II privilegia

- A) um emprego mais formal, em razão do público a que se destina, do assunto tratado e da esfera em que circula.
- B) um conjunto de construções mais informais, em razão da veiculação de pontos de vista diversos a respeito do tema.
- C) uma abordagem mais coloquial, própria do estilo casual adotado pela autora.
- D) uma aplicação mais rebuscada, haja vista o emprego de dados que confirmam as afirmações apresentadas.

QUESTÃO 14) Assinale a alternativa em que o elemento destacado não exerce a função sintática de sujeito.

- A) “Uma resposta concreta está na reforma realizada no prédio [...]”.
- B) “na tentativa de sanar a baixa qualidade de ensino e a evasão escolar que teimam em se perpetuar no país.”
- C) “[...] o secretário de educação de São Paulo, Rossieli Soares, afirmou que esse padrão deverá ser replicado em outras escolas.”
- D) “Essa é uma polêmica sem fim.”

QUESTÃO 15) Todos os elementos destacados exercem função adverbial, exceto:

- A) “Tenta-se buscar, um ano depois, o que o massacre na escola Raul Brasil, em Suzano, trouxe de lição ao país.”
- B) “Durante as obras, iniciadas em outubro, as aulas aconteceram em uma faculdade privada, alugada pelo governo do Estado.”
- C) “Há uma corrente que defende um outro olhar para combater a violência [...]”.
- D) “Falou também do Gabinete Integrado de Segurança e Proteção Escolar, criado depois do massacre pelas secretarias de Educação e Segurança Pública [...]”.

Noções de Administração Pública

QUESTÃO 16) Tendo como fundamento o disposto no art. 37 da Constituição Federal, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá a determinados princípios. Assinale a alternativa correta.

- A) Segundo o princípio administrativo da Publicidade, o Poder Público, por seu público, deve agir com a maior transparência possível, a fim de que os administrados possam ter conhecimento do que os administradores estão fazendo.
- B) Moralidade é o princípio que impõe a todo agente público o dever de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional.
- C) O princípio da Moralidade traduz a ideia de que a Administração tem que tratar a todos os administrados sem discriminações, benéficas ou detrimen-tosas.
- D) Segundo o princípio da Impessoalidade, ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

QUESTÃO 17) Conforme o art. 2º da Constituição Federal, são considerados Poderes da União, exceto:

- A) Soberano.
- B) Judiciário.
- C) Legislativo.
- D) Executivo.

QUESTÃO 18) Segundo a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacio-nal e dá outras providências, são considerados atos de improbidade administrativa, exceto:

- A) aqueles que atentam contra os princípios da ad-ministração pública.
- B) aqueles que causam prejuízo ao erário.
- C) aqueles que importam enriquecimento ilícito.
- D) aqueles que atentam contra a moral e os bons costumes.

QUESTÃO 19) O Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Adminis-tração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências, fortaleceu a descentralização administrativa. Marque a alternati-va representa o exemplo mais marcante desse fato.

- A) Criação do Ministério da Desburocratização
- B) Regulamentação da discricionariedade administra-tiva
- C) Criação das autarquias

D) Diferenciação entre Administração Direta e Admi-nistração Indireta

QUESTÃO 20) Considerando a forma de organização administrativa da administração pública, assinale a alternativa incorreta:

- A) São entidades pertencentes à Administração Públi-ca Indireta as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mis-ta.
- B) A Administração Pública Indireta compõe-se de entidades dotadas de personalidade jurídica para exercer as funções a elas descentralizadas.
- C) A Administração Pública Direta caracteriza-se pela prestação de serviços públicos diretamente pelo Estado.
- D) Na Administração Pública Indireta, há centraliza-ção administrativa, considerando que os serviços públicos são prestados pelos próprios órgãos.

Conhecimentos Específicos

QUESTÃO 21) De acordo com o art. 5º da Constituição da República de 1988, “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

- A) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurado ao proprietário o pagamento de alugueis pelo período de utilização.
- B) os órgãos públicos estão obrigados a prestar in-formações ao cidadão somente quando forem de seu interesse particular, excluindo-se as informações de interesse coletivo, porquanto estas são protegidas pelo sigilo imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- C) conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à sobe-rania e à cidadania.
- D) a legitimidade para propor ação popular, que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de enti-dade de que o Estado participe, à moralidade admi-nistrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio históri-co e cultural, é privativa do Ministério Público e da

Defensoria Pública, ficando estes, salvo comprovada má-fé, isentos de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

QUESTÃO 22) Com base nas disposições da Constituição da República de 1988, é correto afirmar que

- A)** são brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, se estes estiverem a serviço de seu país.
- B)** será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização por sentença judicial transitada em julgado nos crimes de ação penal pública.
- C)** são condições de elegibilidade, na forma da lei, a nacionalidade brasileira, o pleno exercício dos direitos políticos, o alistamento eleitoral, o domicílio eleitoral na circunscrição, a filiação partidária, e a idade mínima de vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito, e juiz de paz.
- D)** são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, salvo se por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito, não se aplicando a inelegibilidade se o parentesco for com quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito.

QUESTÃO 23) Quanto ao Poder Constituinte, assinale a alternativa correta.

- A)** De acordo com a doutrina majoritária, o poder constituinte originário é um poder juridicamente ilimitado, porquanto não sofre limitação imposta por outra ordem jurídica, ainda que lhe seja anterior.
- B)** O poder constituinte derivado derroga a ordem constitucional anterior pela nova ordem constitucional que institui.
- C)** A modificação do texto constitucional não está condicionada às regras procedimentais nele estabelecidas nem aos limites impostos pelo poder originário.
- D)** O poder constituinte originário é um poder transitório, tendo em vista que, uma vez elaborada a Constituição, o poder originário desaparece, não sendo mais possível a sua manifestação, mesmo se houver uma demanda pela alteração nas normas estruturantes do Estado.

QUESTÃO 24) No que concerne à classificação das Constituições, é correto afirmar que

- A)** quanto à origem, a Constituição promulgada é aquela que não possui legitimidade ou participação

popular no seu surgimento, nem mesmo indiretamente.

B) quanto à forma, a Constituição consuetudinária é composta pelos usos e costumes do lugar e por precedentes jurisprudenciais compilados em um único documento.

C) quanto à estabilidade, a Constituição da República de 1988 é conceituada pela doutrina majoritária como semirrígida, tendo em vista que pode ser alterada sem a necessidade de instituição de assembleia constituinte, por maioria simples dos membros da Câmara dos Deputados.

D) a Constituição dogmática, de acordo com a doutrina majoritária, é sempre escrita, porquanto encampa as ideias de um determinado contexto histórico, sendo a Constituição da República de 1988 um exemplo típico desse modelo.

QUESTÃO 25) Está correto o que se afirma em:

A) A formação de federalismo, por agregação, também é conhecida como formação por força centrípeta, afinal há um movimento de centralização de força, como ocorreu no Brasil.

B) Em sentido subjetivo, Administração Pública é aquele conjunto de pessoas, naturais ou jurídicas, e órgãos públicos responsáveis pelo exercício das atividades administrativas do Estado, independentemente de ser vinculado ao Poder Executivo, Poder Legislativo ou Poder Judiciário, ou, ainda, de pertencerem à Administração Direta ou Indireta.

C) As atividades atribuídas ao Estado enquanto no exercício da função administrativa, ocorre exclusivamente no âmbito do Poder Executivo e das entidades da Administração Indireta, excluindo-se os demais Poderes e órgãos estatais.

D) No Direito Público, por haver a presença do Estado como parte na relação, predomina a horizontalidade ou igualdade de condições em relação ao particular, porquanto a supremacia do interesse Estatal não se sobrepõe à ordem constitucional vigente, segundo a qual todos são iguais perante a lei.

QUESTÃO 26) Quanto às fontes do Direito Administrativo, é correto afirmar que

A) por não ser codificado, a regra no Direito Administrativo é a utilização de lei delegada.

B) são fontes formais do Direito Administrativo, a lei, a doutrina, a jurisprudência, os princípios gerais de Direito, o costume ou praxe administrativa.

C) são fontes materiais do Direito Administrativo os fatores sociais, econômicos e políticos, excluindo-se os fatores religiosos em razão da laicidade do Estado.

D) não se admite o costume como fonte do Direito Administrativo, tendo em vista que neste não há margem para discricionariedade, devendo o agente público fazer somente o que for obrigatório pelo ordenamento jurídico.

QUESTÃO 27) Está correto o que se afirma em:

A) No exercício da função administrativa, predominantemente haverá a aplicação do regime jurídico público, mas em algumas situações haverá a aplicação do regime jurídico privado.

B) Quando a Administração Pública emprega o regime jurídico privado ela se despe totalmente dos privilégios inerentes ao ente público, submetendo-se integralmente ao direito privado.

C) Todo o sistema de Direito Administrativo está fundamentado na autonomia da vontade e na livre disponibilidade do direito.

D) A supremacia do interesse público é incompatível com a manutenção dos direitos dos particulares e do convívio social.

QUESTÃO 28) Levando em conta o princípio da indisponibilidade do interesse público, é correto afirmar que

A) o princípio da indisponibilidade do interesse público é absoluto, ou seja, não admite mitigação.

B) a renúncia das prerrogativas próprias do Estado, tais como, autoexecutoriedade e autotutela, pelo representante da Administração Pública, não fere o princípio da indisponibilidade do interesse público, tendo em vista que este não é absoluto.

C) o administrador público não é titular do interesse público e sim o povo, que pode exercê-lo diretamente ou por meio de seus representantes eleitos, os quais exercem mandato, cumprindo no Estado de Direito o seu papel de submissão à Constituição e à lei.

D) o princípio da indisponibilidade do interesse público cria uma primazia entre a Administração Pública Direta e os entes da Administração Pública Indireta.

QUESTÃO 29) Assinale a alternativa correta.

A) De acordo com as disposições do Código de Processo Civil, não se aplica às autarquias e fundações de direito público o benefício de prazo em dobro, sendo também dispensada, quanto a estas, a intimação pessoal.

B) A citação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o

órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial.

C) As empresas públicas, assim como a União, os Estados o Distrito Federal, os Municípios e as entidades da administração indireta estão dispensados de manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações.

D) Os advogados públicos não perceberão honorários de sucumbência.

QUESTÃO 30) No que concerne aos critérios de fixação da competência estabelecidos no Código de Processo Civil, está correto o que se afirma em:

A) É competente o foro do domicílio do réu para as causas em que seja autor o Estado ou o Distrito Federal; contudo, se estes entes federados forem demandados, a ação deve ser proposta na respectiva Capital.

B) A ação em que o incapaz for réu será proposta no foro de domicílio de seu representante ou assistente, salvo se a ação for proposta pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, caso em que a ação deverá ser proposta no local onde se situa a sede do ente federado.

C) A competência determinada em razão da pessoa ou da função pode ser derogada por convenção das partes.

D) Se a União for demandada, a ação poderá ser proposta no foro do domicílio do autor, no de ocorrência do ato ou fato que originou a demanda, no da situação da coisa ou no Distrito Federal.

QUESTÃO 31) Assinale a alternativa correta.

A) No cumprimento de sentença que impuser à Fazenda Pública o dever de pagar quantia certa, havendo pluralidade de exequentes, cada um deverá apresentar o seu próprio demonstrativo; podendo o juiz limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes.

B) Na execução fundada em título extrajudicial, as autarquias e fundações públicas serão citadas para opor embargos no prazo de 15 (quinze) dias, tendo em vista que estas não estão encampadas pelo conceito de Fazenda Pública.

C) Na execução fundada em título extrajudicial contra a Fazenda Pública será citada para efetuar o pagamento da dívida no prazo de 3 (três) dias ou, caso não o faça, opor embargos no prazo de 30 (trinta) dias, iniciando-se a contagem após expirado o prazo para pagamento.

D) No cumprimento de sentença a Fazenda Pública será intimada, por meio de publicação do Diário do

Judiciário, na pessoa do seu representante judicial, para, querendo, impugnar a execução, devendo fazê-lo por petição autônoma com observância dos requisitos exigidos para a petição inicial.

QUESTÃO 32) A respeito da ação rescisória, é correto afirmar que

A) por força do disposto no caput do art. 966 do Código de Processo, somente a sentença de mérito transitada em julgado é impugnável por meio de ação rescisória.

B) de acordo com a sistemática processual vigente o instituto da coisa julgada é um pressuposto absoluto para a propositura da ação rescisória.

C) não cabe ação rescisória da sentença de partilha transitada em julgado.

D) a sentença transitada em julgado que reconhece a ilegitimidade passiva pode ser impugnada por ação rescisória, tendo em vista tratar-se de sentença que possui estabilidade processual externa.

QUESTÃO 33) No que se refere à proteção ao idoso, é correto afirmar que

A) a Lei 10.741/2003, conhecida como Estatuto do Idoso, criou normas sociais para o tratamento da pessoa idosa garantindo-lhes a longevidade com qualidade de vida por meio de restrições à sua autonomia, na medida em que condiciona o exercício dos seus direitos à assistência por algum membro da família que não seja idoso.

B) o Estatuto do Idoso destina-se a regular os direitos assegurados às mulheres com idade igual ou superior a 65 (sessenta) anos e aos homens com idade igual ou superior a 70 (setenta) anos.

C) os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em estabelecimentos especializados implementados pelos Municípios.

D) o dever de amparar os idosos é tripartido, porquanto constitui dever da família, da sociedade e do Estado.

QUESTÃO 34) Está correto o que se afirma em:

A) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.

B) São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer, os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.

C) A incapacidade cessará, para os menores, se tiverem dezesseis anos completos, pela concessão dos

pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor.

D) A incapacidade cessará, para os menores, pelo exercício de emprego com registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social, desde que a jornada de trabalho seja de quarenta e quatro horas semanais.

QUESTÃO 35) Quanto aos princípios que norteiam o Direito Tributário, é correto afirmar que

A) o princípio da legalidade tributária inserido no art. 150, I, da Constituição da República de 1988 se estende a todas as espécies tributárias espalhadas pelo ordenamento jurídico.

B) o princípio da legalidade tributária é absoluto, não admite mitigação.

C) de acordo com o princípio da anterioridade, é vedado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios cobrar tributos antes de decorridos 60 (sessenta) dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, sem prejuízo da proibição quanto à cobrança no mesmo exercício financeiro.

D) as contribuições sociais previstas no art. 195, da Constituição da República de 1988 estão sujeitas ao princípio da anterioridade anual.

QUESTÕES DISCURSIVAS E ELABORAÇÃO DE PEÇA JURÍDICA

1. Para responder às questões discursivas 1, 2 e 3, vá até a página 11 deste Caderno de Provas.

2. Para elaborar o rascunho da peça jurídica proposta, vá até a página 12 deste Caderno de Provas.

Questões Discursivas

Questão Discursiva 1 - É sabido que no ordenamento jurídico brasileiro vigora a hierarquia entre as normas; ou seja, o ordenamento jurídico é estruturado de forma piramidal, baseado na doutrina de Hans Kelsen. Explique em que consiste esse sistema de hierarquia entre as normas no Direito brasileiro, ressaltando seus aspectos práticos.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	

Questão Discursiva 2 - O Estado de Direito é aquele juridicamente organizado e que respeita as suas leis, não permitindo que haja concentração de poder em uma única pessoa, elemento catalisador de regimes autoritários. Considerando a estrutura de repartição dos Poderes entre o Poder Executivo, Poder Legislativo e o Poder Judiciário, em que consiste o sistema que a doutrina denomina de “freios e contrapesos (*checks and balances*)”?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	

Questão Discursiva 3 - O § 6º do art. 37 da Constituição da República dispõe que “As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa”. Com base nesse dispositivo constitucional, bem como na jurisprudência predominante atualmente, disserte sobre a responsabilidade civil do Estado.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	

Proposta de Elaboração de Peça Jurídica

A Vereadora Ozória Pimenta, do Município de Pedra Lascada, em Minas Gerais, apresentou Projeto de Lei objetivando regulamentar o desembarque de mulheres, idosos e pessoas com deficiência, usuários do transporte coletivo municipal, fora dos pontos de ônibus já regulamentados no período noturno. Em sua exposição de motivos esclareceu que a medida se destina a combater o alto índice de violência, consubstanciado em roubos, estupros, agressões físicas, perpetrado contra esta parcela da população no período compreendido entre 22 horas e 6 horas. Na qualidade de assessor jurídico da Câmara Municipal de Pedra Lascada, emita um PARECER acerca da viabilidade de tramitação do aludido projeto, ressaltando os aspectos constitucionais acerca da competência legiferante, iniciativa e mérito do Projeto, posicionando-se fundamentadamente se é possível ou não a aprovação do Projeto, bem como acerca do aspecto vinculante ou não do parecer jurídico na hipótese em análise.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	

34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	

76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	

CARTÃO DE RESPOSTAS

RASCUNHO

Questão/resposta

1 (A) (B) (C) (D)

2 (A) (B) (C) (D)

3 (A) (B) (C) (D)

4 (A) (B) (C) (D)

5 (A) (B) (C) (D)

6 (A) (B) (C) (D)

7 (A) (B) (C) (D)

8 (A) (B) (C) (D)

9 (A) (B) (C) (D)

10 (A) (B) (C) (D)

Questão/resposta

11 (A) (B) (C) (D)

12 (A) (B) (C) (D)

13 (A) (B) (C) (D)

14 (A) (B) (C) (D)

15 (A) (B) (C) (D)

16 (A) (B) (C) (D)

17 (A) (B) (C) (D)

18 (A) (B) (C) (D)

19 (A) (B) (C) (D)

20 (A) (B) (C) (D)

Questão/resposta

1 (A) (B) (C) (D)

2 (A) (B) (C) (D)

3 (A) (B) (C) (D)

4 (A) (B) (C) (D)

5 (A) (B) (C) (D)

6 (A) (B) (C) (D)

7 (A) (B) (C) (D)

8 (A) (B) (C) (D)

9 (A) (B) (C) (D)

10 (A) (B) (C) (D)

Questão/resposta

31 (A) (B) (C) (D)

32 (A) (B) (C) (D)

33 (A) (B) (C) (D)

34 (A) (B) (C) (D)

35 (A) (B) (C) (D)